CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA - MG

Termo de Referência 372/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
372/2026	153015-CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA - MG	RAFAEL FELIPE DA SILVA	04/09/2026 16:03 (v 0.6)

Status

ASSINADO

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	371/2026	23062.046409/2026-91

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O objeto da presente contratação é a AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA UTILIZAÇÃO EM PROJETO DE EXTENSÃO ENCIMAT - ENCONTROS INTERDISCIPLINARES DE MATERIAIS E MOSTRA DE MATERIAIS (FASE 4: APERFEIÇOAMENTO) (PG018-2023) (DEMAT - CEFET-MG), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	QUANTIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	PREÇO	TOTAL
1	FILAMENTO PLA 1,75MM PARA UTILIZAÇÃO EM IMPRESSORA 3D . Brilho intenso . Efeito metalizado . Diâmetro: 1,75mm . Dimensões: 21 × 21,5 × 8 cm . Peso líquido: 1kg . Temperatura de transição vítrea: 54°C . Densidade: 1,23 g/cm3 . Cor: Filamento PLA Silk Ouro . Pantone: 7412C . Hex: #C89343 . Fabricante: 3D Fila (sku PLS051753) ou equivalente	634764	1	UNIDADE	R$ 130,00	R$ 130,00
2	FILAMENTO PLA 1,75MM PARA UTILIZAÇÃO EM IMPRESSORA 3D . Brilho intenso . Uso em impressora aberta, com ou sem mesa aquecida . Diâmetro: 1,75mm . Dimensões: 21 × 21,5 × 8 cm . Peso líquido: 1kg . Temperatura de transição vítrea: 54°C . Densidade: 1,23 g/cm3 . Cor: Filamento PLA Preto (opaco) . Pantone: NEUTRAL BLACK C . Hex: #242322 . Fabricante: 3D Fila (sku PLA301753) ou equivalente	634764	1	UNIDADE	R$ 110,00	R$ 110,00
	FILAMENTO PLA 1,75MM PARA UTILIZAÇÃO EM IMPRESSORA 3D . Brilho intenso . Uso em impressora aberta, com ou sem mesa aquecida . Diâmetro: 1,75mm . Dimensões: 21 × 21,5 × 8 cm . Peso líquido: 1kg				R$	R$

3	. Temperatura de transição vítrea: 54°C . Densidade: 1,23 g/cm3 . Cor: Filamento PLA Branco Gesso (opaco) . Pantone: 656C . Hex: #E2E8EE . Fabricante: 3D Fila (sku PLA431753) ou equivalente	634764	1	UNIDADE	110,00	110,00
4	FILAMENTO PLA 1,75MM PARA UTILIZAÇÃO EM IMPRESSORA 3D . Brilho intenso . Uso em impressora aberta, com ou sem mesa aquecida . Diâmetro: 1,75mm . Dimensões: 21 × 21,5 × 8 cm . Peso líquido: 1kg . Temperatura de transição vítrea: 54°C . Densidade: 1,23 g/cm3 . Cor: Filamento PLA Amarelo (opaco) . Pantone: 104C . Hex: #B59B1C . Fabricante: 3D Fila (sku PLA231753) ou equivalente	634764	1	UNIDADE	R$ 110,00	R$ 110,00
5	FILAMENTO PLA 1,75MM PARA UTILIZAÇÃO EM IMPRESSORA 3D . Brilho intenso . Uso em impressora aberta, com ou sem mesa aquecida . Diâmetro: 1,75mm . Dimensões: 21 × 21,5 × 8 cm . Peso líquido: 1kg . Temperatura de transição vítrea: 54°C . Densidade: 1,23 g/cm3 . Cor: Filamento PLA Vermelho (opaco) . Pantone: 7620C . Hex: #B93D3B . Fabricante: 3D Fila (sku PLA511753) ou equivalente	634764	1	UNIDADE	R$ 110,00	R$ 110,00
6	FILAMENTO PLA 1,75MM PARA UTILIZAÇÃO EM IMPRESSORA 3D . Brilho intenso . Uso em impressora aberta, com ou sem mesa aquecida . Diâmetro: 1,75mm . Dimensões: 21 × 21,5 × 8 cm . Peso líquido: 1kg . Temperatura de transição vítrea: 54°C . Densidade: 1,23 g/cm3 . Cor: Filamento PLA Azul Claro (opaco) . Pantone: 638C . Hex: #00A3C2 . Fabricante: 3D Fila (sku PLA481753) ou equivalente	634764	1	UNIDADE	R$ 110,00	R$ 110,00
7	FILAMENTO PLA 1,75MM PARA UTILIZAÇÃO EM IMPRESSORA 3D . Brilho intenso . Uso em impressora aberta, com ou sem mesa aquecida . Diâmetro: 1,75mm . Dimensões: 21 × 21,5 × 8 cm . Peso líquido: 1kg . Temperatura de transição vítrea: 54°C . Densidade: 1,23 g/cm3 . Cor: Filamento PLA Verde Escuro (opaco) . Pantone: 7732C . Hex: #057240 . Fabricante: 3D Fila (sku PLA451753) ou equivalente	634764	1	UNIDADE	R$ 110,00	R$ 110,00
8	MESA DE TRABALHO EM FORMATO DE FAVO DE MEL PARA CORTE A LASER . Dimensões totais: 400X400mm com escala do produto de 350X350mm . Componentes: painel de trabalho Honeycomb e painel de alumínio para proteção da mesa . A prova de ferrugem . Fabricante: Two Trees	620122	1	UNIDADE	R$ 349,00	R$ 349,00
9	KIT DE EXTENSÃO PARA GRAVADOR E CORTADOR A LASER TTS PRO / SÉRIE TTS . Dimensões do produto: 600 x 600 mm . Compatível com cortadora TwoTrees TTS10 Pro	618645	1	UNIDADE	R$	R$

	. Kit contendo: estrutura, fios de conexão, placas fixas, parafusos diversos e conjunto de ferramentas . Fabricante: Two Trees				600,00	600,00
10	COLA ADESIVA PLA PARA IMPRESSORA 3D ANTI-WARP . Quantidade 100 ml . Aderência máxima com nanopolímeros . Compatível com PLA, PETG, ABS, TPU . Solúvel em água . Base: Nanopolímeros à base de água . Temperatura de aplicação: Até 50°C . Atóxico . Biodegradável . Fabricante: Ranger 3D (fixador 3d nano) ou equivalente	460844	1	UNIDADE	R$ 34,94	R$ 34,94
11	ADESIVO INSTANTÂNEO PARA PLA . Peso: 20g . Bico: Bico Antientupimento . Cor: Transparente . Extra Forte . Base química: Etilcianoacrilato . Viscosidade média . Densidade: 1.00 g/cm³ . Tempo de cura em PVC: ≤15 segundos . Tempo de cura em MDF: ≤60 segundos . Fabricante: TEKBOND 793 ou equivalente	620803	5	UNIDADE	R$ 15,00	R$ 75,00
12	TINTA DE CONTRASTE PARA ENSAIO POR PARTÍCULAS MAGNÉTICAS . Método de aplicação: Aerossol . Cor: Branco . Peso líquido: 225g . Fabricante: Metal check ou equivalente	238037	1	UNIDADE	R$ 89,00	R$ 89,00
13	REVELADOR PARA ENSAIO POR LÍQUIDO PENETRANTE . Método de aplicação: Aerossol . Não aquoso . Peso líquido: 230g . Fabricante: Metal check	450992	1	UNIDADE	R$ 87,00	R$ 87,00
14	PLUGUE MACHO . 2P, 10 A, 250 V~, conforme ABNT NBR 14136, com dois pinos cilíndricos de 4,0 mm . Corpo em material termoplástico isolante, para conexão de cabo elétrico compatível com a corrente nominal . Cor preta ou branca	614411	10	UNIDADE	R$ 5,00	R$ 50,00
15	PLUGUE FÊMEA . 2P+T, 10 A, 250 V~, conforme ABNT NBR 14136, com três contatos, sendo dois polos e um contato de proteção (terra), compatível com plugue de pinos de 4,8 mm . Corpo em material termoplástico isolante, para conexão de cabo elétrico compatível com a corrente nominal . Cor preta ou branca	463209	5	UNIDADE	R$ 5,00	R$ 25,00
16	PLUGUE FÊMEA . 2P+T, 20 A, 250 V~, conforme ABNT NBR 14136, com três contatos, sendo dois polos e um contato de proteção (terra), compatível com plugue de pinos de 4,8 mm . Corpo em material termoplástico isolante, para conexão de cabo elétrico compatível com a corrente nominal . Cor preta ou branca.	446803	5	UNIDADE	R$ 7,26	R$ 36,30
17	PARAFUSO AUTOBROCANTE . Parafuso Phillips (fenda cruzada) . Autobrocante . Cabeça: flangeada . Dimensões: diâmetro: 4,2 mm, comprimento: 13 mm . Material: aço carbono . Acabamento: zincado . Tipo de cabeça: flangeada . Tipo de fenda: phillips . Unidade: pacote com 100 peças	610947	1	UNIDADE	R$ 12,00	R$ 12,00
	PARAFUSO AUTOBROCANTE . Parafuso phillips (fenda cruzada) . Autobrocante . Cabeça: flangeada					

18	. Dimensões: diâmetro: 4,2 mm, comprimento: 19mm . Material: aço carbono . Acabamento: zincado . Tipo de cabeça: flangeada . Tipo de fenda: phillips . Unidade: pacote com 100 peças	632861	1	UNIDADE	R$ 19,02	R$ 19,02
19	ABRAÇADEIRA DE NYLON . Material: nylon . Tipo: autotravante . Dimensões: comprimento mínimo de 300 mm, largura aproximada de 4,8 mm . Fabricada em poliamida 6.6 . Cor natural ou preta . Unidade: pacote com 100 peças	625049	1	UNIDADE	R$ 33,14	R$ 33,14
20	Fita Isolante Elétrica Material Básico: Filme De Pvc Antichama Cor: Preta Comprimento: 20 M Largura: 19 MM Aplicação: Instalações Elétricas	604732	3	UNIDADE	R$ 9,00	R$ 27,00
21	SENSOR DE FLEXÃO RESISTIVO. Tipo: Componente eletrônico . Sensor de Flexão Resistivo (Flex Sensor / Bend Sensor) . Transdutor mecânico-elétrico em formato de fita flexível, cuja resistência elétrica se altera de forma incremental conforme o corpo do componente sofre deflexão ou curvatura física . Medição de deslocamento angular . Dobra e flexiona fisicamente com o dispositivo de movimento . Comprimento ativo: 55mm . Largura: 6,35mm . Quantidade de pinos: 2 contatos metálicos na base . Fixação: Pinos presos diretamente no substrato . Tipo de terminal obrigatório: Pinos do tipo "Macho" (Crimp Pins pontudos) . Potência nominal: 0,5 W contínua; 1 W pico . Componentes do mesmo lote de calibração . Espaçamento entre pinos (Pitch): Padrão de 0,1 polegada (2,54 mm) . Resistência em posição plana: 25 kΩ . Resistência sob curvatura: no mínimo 2 vezes maior que a resistência em posição plana em uma dobra de 180° . Ciclos de vida: >1 milhão . Faixa de temperatura de operação: -35°C a 80°C . Fabricante: Spectra Symbol ou equivalente	473740	11	UNIDADE	R$ 100,00	R$ 1.100,00
22	Microprocessador módulo ESP32-WROOM-32 (DOIT, versão 30 pinos) . Tipo: Componente eletrônico . Chip: ESP32-D0WDQ6, Xtensa dual-core 32 bits LX6, até 240 MHz . Memória interna: 448 KB ROM, 520 KB SRAM, 8 KB SRAM no RTC . Flash: 4 MB SPI flash integrado . Wi-Fi: 802.11 b/g/n, 2,4 GHz (2412-2484 MHz) . Bluetooth: Bluetooth V4.2 BR/EDR e Bluetooth LE . Pinos de I/O: 30 pinos disponíveis (digitais, ADC, DAC, PWM, I2C, SPI, UART, touch) . Tensão de alimentação: 3,0 V a 3,6 V (típico 3,3 V) . Temperatura de operação: -40 C a 85 C . Antena: PCB integrada . Dimensões do módulo: 18 x 25,5 x 3,1 mm . Oscilador: cristal de 40 MHz integrado . Interface de programação: Micro USB (via placa DOIT) . Fabricante: Espressif Systems ou equivalente	602149	1	UNIDADE	R$ 86,24	R$ 86,24
	Microprocessador Chip ESP32-C3 (super mini) . Tipo: Componente eletrônico . CPU: RISC-V 32-bit Single-Core . Velocidade do Clock: 160MHz . Conectividade: WiFi 802.11 b/g/n 2.4GHz com suporte a Wi-Fi Direct (P2P), P2P Discovery, P2P Group Owner mode e P2P Power Management e Bluetooth BLE 5.0 . Conector: USB Tipo C . Pinos I/O Digitais: 11					

23	. Portas Analógicas: 4 . Número total de pinos: 16 . Tensão de Operação: 3,3VDC . Tensão de Alimentação: 3,3 ~ 5VDC . Corrente Máxima Pinos I/O: 20mA . Memória Flash: 4MB . SRAM: 400Kbytes . ROM: 384KBytes . Dimensões: 17,7 x 13,3 x 1,7mm . Fabricante: Espressif Systems ou equivalente	602149	1	UNIDADE	R$ 86,24	R$ 86,24
VALOR TOTAL					R$ 3.499,88	

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, com especificações padronizadas e ampla oferta no mercado.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto no 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 15 dias contados do(a) aceite da proposta, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

1.5. O custo total estimado já inclui todos os impostos e encargos aplicáveis.

1.6. Serão aceitos somente dispositivos novos, originais e com garantia de fábrica. Não serão aceitos itens recondicionados.

1.7. Todas as justificativas para indicação de marcas ou modelos estão descritas na seção 16 deste documento.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação tem por finalidade a aquisição de materiais e consumíveis para prototipagem destinados à execução das atividades de extensão do projeto ENCIMAT – Encontros Interdisciplinares de Materiais e Mostra de Materiais (Fase 4: Aperfeiçoamento) (PG018-2023), desenvolvido no âmbito do DEMAT/CEFET-MG. Os materiais serão empregados na confecção, adaptação e aperfeiçoamento de peças, protótipos e elementos necessários à implementação e à manutenção das oficinas e atividades demonstrativas realizadas no projeto.

A utilização desses materiais possibilitará o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de protótipos destinados às ações de divulgação científica e tecnológica, proporcionando aos estudantes a aplicação prática de conhecimentos relacionados a materiais, desenho, modelagem, projetos, fabricação e caracterização de materiais. A disponibilidade dos consumíveis também contribuirá para maior agilidade na execução das atividades, permitindo ajustes e adequações dos protótipos conforme as necessidades identificadas durante o desenvolvimento das oficinas.

A contratação contribuirá, ainda, para o avanço e a continuidade das atividades de extensão, ampliando a capacidade do projeto de desenvolver soluções e materiais demonstrativos para interação com o público e divulgação dos conhecimentos produzidos no ambiente acadêmico. Dessa forma, os materiais de prototipagem constituem insumos necessários à execução e ao aperfeiçoamento das ações previstas no projeto, contribuindo para o fortalecimento da integração entre ensino, pesquisa e extensão no CEFET-MG.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2026, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 17.220.203/0001-96;
II) Data de publicação no PNCP: 09/06/2026;
III) Id do item no PCA: 1445;
VI) Classe/Grupo: 7070;
V) Identificador da Futura Contratação: 153015-32/2026;

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

A solução consiste na aquisição de materiais e consumíveis destinados à prototipagem e ao desenvolvimento de peças, protótipos e elementos utilizados nas atividades do projeto ENCIMAT – Encontros Interdisciplinares de Materiais e Mostra de Materiais (Fase 4: Aperfeiçoamento) (PG018-2023). Os materiais serão utilizados na confecção, adaptação, montagem e aperfeiçoamento das estruturas e recursos necessários às oficinas, demonstrações e demais ações de extensão previstas no projeto.

A solução permitirá atender às demandas de prototipagem de forma adequada às características e necessidades de cada atividade, possibilitando a realização de ajustes, testes e aperfeiçoamentos durante o desenvolvimento dos protótipos. Os materiais adquiridos serão empregados conforme a demanda do projeto, buscando proporcionar maior agilidade na execução das atividades e melhor aproveitamento dos recursos disponíveis.

Dessa forma, a aquisição dos consumíveis de prototipagem assegura os insumos necessários à execução e ao aperfeiçoamento das ações previstas no ENCIMAT, contribuindo para a realização das oficinas, a divulgação científica e tecnológica e o avanço das atividades de extensão desenvolvidas pelo

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Subcontratação

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias, contados após a emissão da nota de empenho, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 7 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAS (CEFET-MG) - CAMPUS NOVA SUIÇA, Avenida Amazonas, 5253, sala 120 - Departamento de Engenharia de Materiais (DEMAT), bairro Nova Suíça, CEP: 30.421-169. Belo Horizonte, Minas Gerais. Tel: (31) 3319-7152. Servidor responsável pelo recebimento: RAFAEL FELIPE DA SILVA.

5.4. Os itens deverão ser entregues de segunda a sexta-feira no período de 8:00h às 17:00h.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.8. Caso seja constatado defeito, irregularidade ou não conformidade nos produtos fornecidos, o fornecedor deverá providenciar a substituição imediata, sem ônus adicional para a Administração, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após notificação.

5.9. O custo referente ao transporte dos equipamentos ou itens cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei no 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei no 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei no 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;
b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interessecoletivo;
c) der causa à inexecução total do contrato;
d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) praticar ato lesivo previsto no art. 5o da Lei no 12.846, de 1o de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.
7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h”, de 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.
7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.
7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.
7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita na alínea “d”, de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.
7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita na alínea “a”, de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei no 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;
7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
7.9.4.os danos que dela provierem para o Contratante; e
7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei no 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei no 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei no 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME no 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei no 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 15 (quinze) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei no 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7o, §3o da Instrução Normativa SEGES/ME no 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei no 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;
8.12.2. a data da emissão;
8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;
8.12.5.o valor a pagar; e
8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei no 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME no 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA-E (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial), divulgado pelo IBGE, ou outro que venha a substituí-lo oficialmente.

Forma de pagamento

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar no 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de CONTRATAÇÃO DIRETA , sob a forma DE DISPENSA ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

9.7. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.o 77, de 18 de março de 2020;

9.9. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei no 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta no 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Disposições gerais sobre habilitação

9.21. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.22. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto no 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.23. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.24. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.25. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de R$ 3.499,88 (TRÊS MIL QUATROCENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS E OITENTA E OITO CENTAVOS), conforme custos unitários apostos na tabela do item 1.1.

10.1.1. O custo total estimado já inclui todos os impostos e encargos aplicáveis.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

1 . FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato [Nota de Empenho / Carta Contrato / Autorização] OU [constante deste Anexo], sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei no 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital OU na Autorização de Contratação Direta e/ou no Aviso de Dispensa Eletrônica, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do protocolo do pedido, podendo ser prorrogado por igual período mediante justificativa fundamentada.

3.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;
4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei no 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

4.1.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

4.1.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei no 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;

4.1.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

4.1.20. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

4.1.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

4.1.22. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho ;

4.1.23 Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

4.1.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

4.1.25. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto no 6.481, de 12 de junho de 2008;

4.1.26. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei no 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei no 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei no 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei no 14.133, de 2021.

14. ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ... *(identificar o Contratado)* declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital* ***OU*** *Aviso de Contratação Direta*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Belo Horizonte, ... de ..... de 20.... .

_____

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

15. SUSTENTABILIDADE DA AQUISIÇÃO

Os critérios de sustentabilidade adotados na presente aquisição encontram-se em consonância com as diretrizes estabelecidas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, bem como com os princípios previstos nos arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021, especialmente no que se refere à promoção do desenvolvimento nacional sustentável no âmbito das contratações públicas.

Nesse sentido, foram observados critérios relacionados à racionalização do consumo, à redução da geração de resíduos, à utilização eficiente dos recursos materiais, à priorização de bens com maior durabilidade e vida útil, bem como à adoção de práticas que contribuam para a minimização dos impactos ambientais decorrentes da contratação, observadas as características e peculiaridades do objeto.

Adicionalmente, buscou-se assegurar a compatibilidade da contratação com princípios de economicidade, eficiência e sustentabilidade, promovendo o adequado aproveitamento dos materiais e a redução de desperdícios, em conformidade com a legislação vigente e demais normativos aplicáveis à Administração Pública Federal.

16. JUSTIFICATIVA PARA INDICAÇÃO DE MARCAS

16.1. O equipamento disponível para corte a laser no CEFET é da marca Two Trees, motivo pelo qual os produtos a serem adquiridos nos itens 8 e 9 da Seção 1.1 devem ser compatíveis com o referido equipamento. Além disso, o equipamento encontra-se em período de garantia, sendo necessária a utilização de produtos originais para assegurar a manutenção das condições de garantia estabelecidas pelo fabricante.

16.2. O Código ASME Seção V (Artigo 6) determina que o penetrante, o emulsificador, o removedor por solvente e o revelador utilizados em uma mesma inspeção devem ser da mesma família, ou seja, comercializados pelo mesmo fabricante. O líquido penetrante disponível no CEFET é da marca Metal Check, motivo pelo qual o revelador a ser adquirido deve ser desta marca. Esta informação serve para o item 13 da Seção 1.1.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

RAFAEL FELIPE DA SILVA

TAE - TÉC. ELETROMECÂNICA

 *Assinou eletronicamente em 04/09/2026 às 16:03:32.*